

Grupo do consenso' conclui relatórios sobre cinco pontos polêmicos

Da Sucursal de Brasília

9 AGO 1987

dade de desapropriação ressarcida com títulos da dívida pública. A função social da propriedade urbana será estabelecida pelas leis municipais. Fixa-se também o usucapião especial para casos de ocupação de comprovada boa-fé, quando não ocorre oposição por parte do proprietário.

Reforma agrária

Dos quatorze relatórios a serem concluídos, um dos que se cerca de maior expectativa é o da reforma agrária. Dele está encarregado o próprio Euclides Scalco. "Uma coisa é certa", afirma o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), dos "moderados", "a nova Constituição não pode ficar atrás da Carta de 1967 —tem que dar um passo à frente".

Na opinião de Carvalho, "é muito importante que se mantenha a desapropriação em títulos e que se incorpore a imissão", ou seja, o pagamento das terras desapropriadas com títulos da dívida pública e a posse imediata das terras desapropriadas pelo Incra, que iniciaria, em seguida, os assentamentos.

FOLHA DE SÃO PAULO

Grupos suprapartidários surgem para tentar resolver impasse

Da Sucursal de Brasília

Os quatro grupos suprapartidários que convivem hoje no Congresso constituinte são a expressão de uma contradição que está marcando os trabalhos constitucionais. Convocado para resolver os problemas institucionais do país, o Congresso constituinte não consegue superar seus impasses internos através de suas próprias instituições, como lideranças partidárias ou a Comissão de Sistematização. Esta contradição levou o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), de centro, coordenador do grupo "moderado", a qualificar os

grupos como "a Constituinte dentro da Constituinte". Os dois grupos mais expressivos, "do consenso" e "moderado", já funcionam há cerca de dois meses e começam a apresentar os primeiros resultados de seu trabalho, passando a limpo o anteprojeto de Constituição enviado ao plenário pela Comissão de Sistematização.

Os quatro grupos podem ser divididos em duas categorias: pragmáticos e ideológicos. Na categoria de pragmáticos estão o "grupo do consenso", constituído por "progressistas" do PMDB, "modernos" do PFL e parlamentares do PDT, PT, PDS, PSB, PDC, PCB e, desde a última semana,

PC do B. O núcleo deste grupo é composto pelos peemedebistas e pefelistas, coordenado pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), de centro-esquerda. O outro grupo pragmático é o "moderado", que tem como estrelas, além de Israel Pinheiro Filho, o senador José Richa (PMDB-PR) e os deputados Prisco Viana (PMDB-BA), a Guilherme Afif Domingos (PL-SP) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).

Os grupos pragmáticos tentam superar os impasses nos temas constitucionais reunindo parlamentares com posições políticas e ideológicas distintas. Esta característica faz com

que, por exemplo, o senador Virgílio Távora (PDS-CE) e o deputado Roberto Freire (PCB-PE), participem das duas articulações.

Roberto Freire também atua em outra articulação, esta de caráter ideológico, o "bloco de esquerda", formado por parlamentares do PT, PCB, PC do B, PSB, PDT e do "movimento de unidade progressista" do PMDB. Do outro lado do espectro ideológico está o grupo "conservador", liderado pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e pelo líder do PFL na Câmara e no Congresso constituinte, deputado José Lourenço (BA).

O "grupo do consenso", bloco de parlamentares empenhado na negociação dos pontos polêmicos do projeto constitucional, concluiu e remeteu ontem ao "grupo moderado" seus cinco primeiros relatórios sobre as questões de meio ambiente, reforma urbana, verbas públicas no ensino, saúde e do Estado na economia. Os moderados, entre os quais se alinham os deputados Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), Virgílio Távora (PDS-CE), José Richa (PMDB-PR), entre outros, começaram a distribuir anteontem o "Projeto Icaro" — que procura alinhar os aspectos não polêmicos do mesmo projeto (reduzindo-o a 250 artigos).

Amanhã, os relatores designados pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), coordenador do "grupo do consenso", reúnem-se com os relatores dos mesmos temas escolhidos pelo deputado Israel Pinheiro Filho, dos "moderados". Ontem mesmo, porém, o senador Severo Gomes (PMDB-SP), do primeiro bloco, já se entendeu com o senador Virgílio Távora, dos "moderados" sobre a participação do Estado na economia brasileira.

"Não houve grandes modificações", disse Severo Gomes, explicando que foi introduzido um dispositivo que dá tratamento preferencial à empresa brasileira nas compras, pelo governo, de bens e serviços. Foi acrescentado também ao texto da Comissão de Sistematização o monopólio estatal para a exportação e importação de petróleo.

Sobre a aplicação de verbas públicas no Ensino, o relatório do deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) estabelece que elas só devem ser estendidas às escolas confessionais (mantidas pela Igreja), comunitárias ou filantrópicas. O deputado Israel Pinheiro informou que o seu grupo também é contrário à aplicação de recursos públicos em empresas educacionais com fins lucrativos.

Na saúde, os dois blocos concordam em que deve se unificar num sistema nacional todos os serviços da área, prevendo, inclusive, a possibilidade de intervenção estatal nos serviços privados, em circunstâncias especiais. No capítulo do meio ambiente, os dois grupos convergem também na área da pesquisa e do desenvolvimento da energia nuclear. "O desenvolvimento tecnológico deve ser assegurado na área pacífica. O veto fica localizado apenas na utilização nuclear com fins bélicos", afirmou o deputado Euclides Scalco.

No relatório da questão urbana, produzido pelo deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE), é aberta a possibili-